

# TECENDO REDES DE CIRCULAÇÃO E PRODUÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Maria Ediney Ferreira da Silva\*

## RESUMO

O presente artigo visa discutir a produção de livros escolares nas primeiras décadas do século XX. Sabe-se que a produção de material didático hoje é marcada por uma rede de atores articulados na confecção e produção destes materiais que envolve além de investimentos públicos e privados de consumo, divulgação que abrangem todo território nacional. Entretanto, esta articulação nem sempre ocorreu com todas as vantagens encontradas hoje, visto que no decorrer do processo histórico educacional do país muitos autores ou mesmo editores usaram estratégias de alcance de suas obras que envolviam inúmeros fatores. Neste sentido, realizamos um breve levantamento sobre as dificuldades, formas de divulgação e alcance, bem como um breve histórico sobre quem eram esses profissionais, no intuito de compor um panorama da trajetória deste material didático, marcado por uma forte presença em sala de aula ainda hoje.

**Palavras chaves:** livros didáticos de geografia- autores- saber escolar.

## 1 INTRODUÇÃO

O livro didático é um material que suscita inúmeras discussões e embates em torno de si. Seja considerando sua produção, seu uso, sua circulação, este material mostra-se presente no dia a dia da sala de aula em quase todo território brasileiro. Neste sentido, perceber as concepções elaboradas em diferentes períodos da trajetória deste material didático permite dimensionar a complexidade e diversidade deste objeto. Johnsen (2001 *apud* Texeira, 2009) referindo-se à multiplicidade de combinações presentes no caleidoscópio pontua que “existe sem dúvida algo caleidoscópico sobre a natureza, o conteúdo e o uso do livro didático”. O autor utiliza esta analogia para ilustrar a necessidade de considerar o livro didático em suas inúmeras expressões interpretáveis, propondo que sua investigação ocorra de forma integrada e sincronizada com o uso que se efetiva deste material, independentemente do eixo principal que dirige a pesquisa.

---

\* Professora substituta na Universidade Estadual de Alagoas - aluna de Pós graduação da Universidade de São Paulo. email:mariaediney@usp.br

Neste sentido, os livros didáticos constituem em materiais complexos, seja por sua natureza efêmera, mercadológica, organizacional, no entanto, constituem relevantes aportes na investigação de como determinados conceitos se desenvolvem no decorrer da história de um saber escolar. No entanto, produzir um livro didático nunca foi uma tarefa fácil. Discorrer sobre um determinado conteúdo, compilar dados, imagens, mapas entre outras demandas que a confecção deste material exige requer além do tempo e dedicação, um número considerável de pessoas envolvidas neste processo. Soma-se a este fato a submissão deste material aos currículos e normas educacionais, aos critérios de avaliação, as mudanças provenientes de suas (re)edições etc.

Desta Forma, tomar o livro didático como objeto para estudo requer problematizar as relações que produziram e permitiram seu aparecimento em um dado momento histórico, relacionando não apenas as políticas educacionais, mas as articulações entre os diversos envolvidos em sua produção, circulação e uso destes materiais didáticos. Neste sentido, o artigo pretende retomar a produção desse material, investigando a ação dos que se propuseram a produzir esses materiais nas primeiras décadas do século XX, reconhecendo a relevância desse período não apenas para a educação, mas para a construção da ciência geográfica no Brasil.

Esta reflexão suscita alguns questionamentos: quem eram os autores que se dedicaram a escrever livros didáticos nas primeiras décadas do século XX? Quais os lugares de produção dos discursos presentes nos livros didáticos? Quais espaços de diálogo entre estes autores? Quais os espaços de divergências? Em que medida os livros didáticos refletiam estas relações? Havia algum diferencial nas abordagens dos conteúdos estipulados para o ensino considerando a origem e o lócus de atuação desses autores? Para responder estes questionamentos, torna-se necessário compreender a sinuosa relação que envolve a produção do livro didático não apenas em seu caráter editorial e de produção, mas compreender como um determinado conhecimento circulava entre estes autores.

Assim, um dos princípios norteadores na compreensão para estas questões seria buscar identificar as possíveis relações que envolviam a produção de livros didáticos, identificando as possíveis interferências provenientes das relações de amizade, parentescos, buscando identificar como um determinado conhecimento, materializado nas páginas de um livro didático passava possivelmente pelo crivo das relações estabelecidas entre editores, autores e demais intelectuais envolvidos nas discussões e debates em torno da escola e em especial, da geografia escolar. Afinal “é tempo de lembrar (...) que as ideias não passeiam elas mesmas

pelas ruas; elas estão sendo portadas por homens que fazem parte de grupos sociais organizados” (Jacques Julliard apud Sirinelli, 2003, p. 258).

Neste sentido, mostra-se fundamental identificar não apenas as obras mas quem eram os autores dos livros didáticos analisados, buscando apreender através das possíveis redes de sociabilidade entre estes e os demais envolvidos na produção deste material didático, as ideias e concepções sobre determinado assunto se coadunavam. Considerando o conceito de “rede de sociabilidade” como as relações de atração, amizade, hostilidade, rivalidade, ruptura se estabelecem na constituição de laços, seja em torno de uma revista, um conselho editorial, onde guardadas as devidas proporções podem submeter, influenciar, excluir determinadas ideias e concepções a partir posições tomadas no interior desses grupos.

Compreender a influência do movimento de determinadas ideias a partir das relações estabelecidas no interior destes grupos mostra-se reveladora tanto no entendimento da força e vitalidade com que algumas concepções assumem ou não o status hegemônico em sociedade por um dado período histórico, bem como na assimilação por parte da sociedade em geral. Ou seja, como “estas ideias descem da intelligentsia até a sociedade civil”..(SIRINELLI, 2003,p. 259).

Assim compreender o processo de produção, bem como a circulação do saber escolar geográfico produzido no decorrer da história da educação no Brasil, requer uma reflexão não apenas de seu conteúdo, mas sobre os transmissores de alcance dessas obras considerando o lócus de sua produção, a trajetória bem como a ação dos envolvidos neste processo. Soma-se a esta questão, o fato de que ao situarmos a ação dos autores em diferentes momentos da história dos livros didáticos, identificamos que determinados problemas, hoje considerados obsoletos, são postos em relevo, constituindo-se como importantes entraves na produção desses materiais.

Neste sentido, o resgate da história desses materiais didáticos de geografia exige um mergulho nas peculiaridades destas obras, considerando os aspectos materiais que compõem as produções didáticas (autoria, título, capa, formato, cores, imagens, número de páginas, tipologia, papel, tiragem). Esses dispositivos corporificam estratégias ou táticas dos agentes que a produzem, bem como os que delas se apropriam.

A escola, neste sentido, possui um papel fundamental enquanto “lócus” de produção, disseminação e assimilação destas ideias. Os livros didáticos, por sua vez, surgem como fontes para esta apreensão, já que possibilitam perceber o que foi enunciado em um dado período da história da geografia escolar, considerados aqui enquanto “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996, p. 545).

## 2 OS AUTORES

Os livros didáticos sempre possuíram uma estreita relação com o trabalho do professor, apesar dos inúmeros agentes envolvidos neste processo. Mas retomar esta relação em um determinado período histórico significa revisitar a produção de autores que por necessidade, compromissos sociais ou de ordem política, se dedicaram a escrever livros escolares.

Para Chartier (1990), a relação entre o pesquisador e os documentos escolhidos como fontes de pesquisa é complexa e demanda compreensão de que os conteúdos dos documentos não são “a verdade”, mas sim, representações sociais elaboradas por sujeitos de uma época determinada. Dessa forma:

[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, **são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam**. Daí para cada caso, **o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza..** (CHARTIER, 1990, p.17 grifo nosso)

Desta forma, procuramos levantar não apenas quem eram esses autores, mas quais instituições estes intelectuais estavam inseridos. Demarcando as trajetórias compondo, assim um panorama mais geral sobre os autores, o que nos permitiu compor um perfil sobre os autores que participaram do processo de produção do livro didático de geografia no decorrer das primeiras décadas do século XX.

Ao todo foram pesquisados 30 autores sendo possível encontrar dados mais completos de 24 destes. As informações reunidas possibilitaram construir algumas indicações referentes a atuação destes autores, a formação e as instituições as quais participavam, bem como os possíveis círculos de amizade mantidos por alguns deles.

A formação mostrou-se diversificada, sendo possível encontrar desde músicos como Raul Villa-Lobos, a doutores em física como Henrique Martins, médicos como Felliciano Bittencourt, engenheiros como Mario da Veiga Cabral e Temístocles Sávio, advogados como Alfredo Ellis, David Penna, Laudelino Freire entre outros. O que demonstra o interesse pelo conhecimento geográfico na época. A maioria atuava no magistério, em instituições como o Colégio Pedro II, Liceus, Colégio Militar. Instituições estas consideradas a época relevantes no ensino do país.

Os resultados da análise dos dados biográficos podem indicar até que ponto tais professores, por serem autores de publicações de livros didáticos, artigos em periódicos, crítica literária, romances, poesias e outros, foram aos poucos formando um grupo específico de sociabilidade intelectual, que se dedicava ao ensino primário da Corte imperial na segunda metade do século XIX.

A partir de uma primeira aproximação com as fontes pesquisadas foi possível observar que os professores selecionados para a pesquisa no que se refere a origem, eram nascidos no Rio de Janeiro ( Mario da Veiga Cabral, Temístocles Sávio, Arão Reis) e São Paulo (Alfredo Ellis, Aroldo de Azevedo .), Rio Grande do Sul,( A.G. Lima )havendo alguns naturais do Ceará, Bahia, Alagoas, Sergipe e Maranhão.Quanto às origens sociais constatou-se que alguns professores eram filhos de indivíduos socialmente respeitados, alguns eram filhos ou netos de militares e políticos, industriais. Alguns filhos de professores primários, fazendeiros, funcionários públicos dentre outras atividades.

Em algumas descrições referentes à suas trajetórias pessoais, autores investigados, como Ellis Jr. (1935), destaca que o ingresso ao magistério foi feito após algum tempo. Como podemos constatar em seu livro, Geografia, destinado a 1ª série de 1935, publicado pela editora Saraiva e C&A ilustra ainda mais estas diferenças.

Depois de 1930 dediquei-me ao magistério profissional no ensino secundário.Tenho tido o professorado como meio de vida e não simples diletantismo.É dele que tiro grande parte da minha subsistência.Venho ensinando em muitos estabelecimentos de curso secundário e tenho podido observar as necessidades desse degrau da instrução da juventude da minha terra.(ELLIS JR., 1935, p.02)

Possivelmente a crise que afetou os cafeicultores em 1930 tenha atingido os negócios da família. porém Alfredo Ellis Jr até 1930 permaneceu na Assembléia Legislativa no cargo de deputado estadual.Ainda no livro, Geografia de 1935, este autor declara:

Assim eu vinha ministrando minhas aulas em vários estabelecimentos ginasiais, no curso pré-jurídico da faculdade de Direito de São Paulo, na Faculdade de Letras e Filosofia, além de cursos particulares que eu mesmo dirigia.Foi então que os Srs. Saraiva e Cia, que já haviam editado uma Geografia e Estatística em que eu tinha reunido de acordo com o programa exigido para a entrada na Faculdade de Direito de São Paulo, (...) mostraram interesse em realizar a edição de series didáticas do ensino secundário.(..) Comecei então a trabalhar nesse sentido e a série de Geografia inicia-se.(ELLIS JR.,1935,p.3)

Vale destacar que Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva, fundador da editora Saraiva em 1914 era um apaixonado por livros jurídicos, aproximava-se de professores e alunos de instituições renomadas de ensino em São Paulo. Em 1917 edita o primeiro livro, Casamento Civil, de Aniceto Corrêa, inaugurando a fase editorial da livraria. Nos trinta anos seguintes, a livraria teria como prioridade a área jurídica, sendo que em 1934 a editora estende suas atividades comerciais, dando início a produção de livros didáticos. Fato que comprova as palavras de Ellis Jr. no prefácio de seu livro.

No tocante à formação e ao ingresso no ofício, não apenas com Alfredo Ellis, outros autores pesquisados iniciaram suas atividades pela prática, no interior de instituições como Liceus, Escolas Normais dentre outros estabelecimentos de ensino. A produção de livros didáticos surgiu como extensão das atividades docentes o como apoio didático na aplicação das aulas.

## **2.1 As dificuldades e estratégias de alcance para as obras**

Na medida em que aprofundávamos a discussão sobre os autores identificamos, a partir dos livros didáticos, a existência de relatos sobre as dificuldades enfrentadas na produção destas obras, além de menções e agradecimentos dispostos nos prefácios e algumas sugestões e referências presentes nas as notas de rodapé. Estes relatos estabeleciam uma espécie de diálogo entre autores e seus leitores que sinaliza os “vestígios” de uma realidade em um dado momento históricos considerados fundamentais na compreensão dos possíveis embates em torno da produção destas obras didáticas. (BLOCH, 2001, p.70)

Algumas destas obras serviram de referência não apenas na produção de outros livros didáticos, mas a partir de uma sequência dos conteúdos, de sugestões de leitura, das imagens, dos mapas dispostos nos livros, traçaram parâmetros sobre o que e de como ensinar um determinado conteúdo escolar. Este fato confere a estes livros relevância para o estudo da história de determinadas disciplinas escolares, dentre essas a geografia, despertando interesse para estudos que possibilitem compreender os processos de circulação, de apropriação e de construção de um conhecimento geográfico traçado a partir da escola.

No segundo momento, buscamos circunscrever os possíveis lugares que possibilitavam a interação entre os envolvidos na produção destas obras didáticas, partindo da materialidade destes livros para espaços marcados pela coletividade como jornais, revistas e

congresso, concebidos aqui enquanto locus para produção, divulgação e disseminação de idéias, conceitos, propostas.

Para tanto, tomamos como “corpus” documental algumas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), os boletins e revistas, Anais de congressos voltados para discussão sobre educação, além de alguns relatórios de instrução pública. Somam-se a estes os prefácios, considerações introdutórias realizadas pelos próprios autores e as notas de rodapé presentes nos livros didáticos.

O fato é que os caminhos traçados pelos autores na produção destas obras se mostraram de forma diferenciada. Enquanto a busca por professores de instituições renomadas era realizada por editores, para outros não apenas a prática docente, mas a relação estabelecida através de viagens, cartas, também possibilitava a proximidade entre autores e editores, fato que permitia a produção e circulação destes livros didáticos, inclusive os de geografia, em localidades marcadas por distâncias consideráveis, como o “Norte” e o “Sul” do país.

Segundo Rizzini (2010, p.133) os escritores brasileiros desde início dos Novecentos, contaram com seus pares para distribuir livros, obter críticas favoráveis em periódicos e anunciar novas produções. Monteiro Lobato pode ser tomado como exemplo na formação de uma rede nacional de distribuição de livros no país. Em entrevista concedida em 1943 a revista *Leitura*, Lobato declara ter redigido uma circular endereçada a “pessoas conhecidas, quando não o prefeito da localidade”, pedindo “o favor de indicar um livreiro ou qualquer pessoa honesta, estabelecida, que possua no mínimo uma porta onde expor a mercadoria que possamos oferecer-lhe”.

Esta atitude de Lobato permitiu o encurtamento de distâncias consideráveis, o que possibilitou a cooptação não apenas de comerciantes, mas de letrados, em diferentes localidades do país. No caso do Nordeste, a formação destas redes de sociabilidade era estabelecida por Lobato através da troca de correspondências entre figuras de destaque como Mario Sette, pernambucano, Antonio Salles, cearense, Câmara Cascudo no Rio Grande do Norte a quem escreve em 5 de maio de 1922 solicitando indicação de comerciantes, com o intuito de conseguir a adoção de livros didáticos nos municípios de Assú e Caicó:

Pode informar-me do processo de apresentação de livros didáticos que pretendem a adoção de livros didáticos na escola desse estado? A quem requerer? Quer o amigo requerer por mim, como procurador? (RIZZINI, 2010,p.135)

No Ceará Monteiro Lobato escreve a Antônio Sales, argumentando sobre a Revista do Brasil, criada por ele:

Meu caro Ant. Salles é de velha data que sou seu amigo- somos todos naturalmente amigos, embora nunca avistados(...). Precisamos nos aproximar, pois, sobretudo agora que a Ver. Do Brasil, nas minhas mãos se tornou um centro propício. Trabalho por tornar de fato uma revista do Brasil.(...) Posta a mira nesse objetivo e fazendo a divulgação da Revista uma ideia fixa- prego metido na cabeça- peço a todos os amigos a cooperação preciosa de uma sympathy activa. Como. Preconizando-a aos amigos, influndo a assignarem (...). (RIZZINI, 2010,p.131)

As cartas viabilizaram as relações entre estes autores, soma-se a estas estratégias as viagens a estados como Rio de Janeiro e São Paulo como relata Menezes Pimentel Jr no livro, Geografia geral e dos Continentes de 1938:

Em minhas viagens ao sul, pude encontrar com amigos leais, que em muito colaboraram para a publicação desta obra.(...) Este livro foi fruto de dedicação e esforço em anos dedicados ao magistério. Um legado que deixo a futuras gerações de cidadãos que espero alcançar com meus livros.(PIMENTEL JR. 1938,p.14)

Entre os “amigos leais”, do autor encontramos Lourenço Filho, que assina o prefácio do livro Geografia Física, de 1936, onde destaca ter realizado a leitura “das sessentas primeiras páginas do livro ainda em impressão”, pontuando que “pela clareza da obra e a simplicidade da forma”, recomenda a obra ao ensino secundário. Além desta obra, mais sete livros didáticos de Menezes Pimentel Jr foram considerados pelo X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em 1944, no Rio de Janeiro, como “um dos livros didáticos que melhor pontua os conteúdos destinados ao ensino de geografia no país”. Os livros didáticos eram apresentados na denominada “exposição didática de geografia e cartografia” uma amostra de materiais didáticos destinados para o ensino de geografia na época.

Vale ressaltar que Francisco Menezes Pimentel Jr, cearense, nascido em Santa Quitéria, atuou como professor do Colégio São Luiz, fundado pelo irmão, o também, Francisco Menezes Pimentel Sênior que participou da política cearense como deputado estadual (1928 a 1932), posteriormente assumiu o cargo de governador do estado do Ceará (1935 a 1937) e ministro da Justiça e negócios Interiores no governo Nereu Ramos em 1955.

Sem desmerecer a relevância das obras do autor, cabe pontuar que possivelmente a participação ativa na política do país por parte de seu irmão, influenciou no estabelecimento

de uma significativa rede de relações constituída ou mesmo compartilhada por Menezes Pimentel Jr e os que participavam dos círculos de influência do irmão. Rede de relações alimentadas nas viagens realizadas ao Rio de Janeiro por Menezes Pimentel Jr em visita ao irmão, nas reuniões com os editores, ou no interior do estado do Ceará.

As relações estabelecidas por estes autores devem ser questionadas não apenas enquanto estratégias que possivelmente facilitavam o maior alcance de suas obras, mas deve-se considerar o “capital social” adquirido nestas relações. Considerando este enquanto

(..) o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento, ou em outros termos, à vinculação a um grupo, como agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por ele mesmo) mas também são unidos por ligações permanente e úteis. (BOURDIEU, 1998, p.67)

Assim o pertencimento a um determinado grupo possivelmente proporcionava uma base de solidariedade que tornava possível os vínculos entre os autores, editores e demais envolvidos na produção de obras como os livros didáticos, onde os benefícios aumentavam na medida em que estas redes eram multiplicadas, fossem estas relações curtas ou em longo prazo, para isto necessitavam de um determinado “investimento social”, o que implicava a troca de favores, o estreitamento dos laços de amizade, enfim fatores que (re)afirmavam o reconhecimento entre os “pares”.

O estabelecimento destes laços possuía em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), o Colégio Pedro II, as Universidades entre outras, um lócus para sua constituição, consolidação, divergências e fortalecimento destas relações, configurando-se enquanto um lugar de sociabilidade. Além da participação na política, na imprensa, estes autores eram filiados e/ou participantes de instituições como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estes autores possuíam uma estreita relação com as instituições as quais estavam inseridos, “não existindo fora das instituições de que faziam parte e seus saberes lhe era fundamental para tanto.” (SOUSA NETO, 2000, p.33)

Desta forma, muitos dos autores pesquisados, situavam-se junto ao poder e para o poder, constituindo uma rede de sociabilidade que conferia a estes além da legitimidade do que estava posto em sua produção, no caso os livros didáticos, a possibilidade de estreitar

laços ou ainda estabelecer divergências no interior destas instituições. Fato que direta ou indiretamente conduzia a discussão e troca de idéias entre estes intelectuais, por vezes, materializadas em suas obras

Sirinelli (2003, p.248) pontua que a estrutura elementar desta sociabilidade configura-se no que o autor chama de “pequeno mundo estreito”, onde os laços entre os intelectuais se atam. Estas relações por sua vez são susceptíveis a variação do tempo, onde a atração e a amizade, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, as brigas, o rancor, assumem dimensões às vezes decisivas em suas configurações. Porém torna-se relevante perceber não apenas a rede que se estabelece através destes vínculos, mas como a partir das relações estabelecidas no interior destes grupos um determinado discurso ganha status de “legítimo”, tornando-se conhecido e propagado pelos que juntamente com o grupo almejam o reconhecimento. Assumindo um “discurso competente”, compreendido como o discurso instituído, afinal “não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”. (CHAUI, 1989, p.05)

O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.

Desta forma, questionamos qual o poder de legitimar um determinado discurso a partir dos vínculos estabelecidos no interior das instituições que o abraçam? Como as relações de disputa ocorridas no interior destas instituições ora legitimavam, ora buscavam deslegitimar um determinado discurso, possibilitavam a circulação de ideias no interior da sociedade? Os livros didáticos produzidos a partir dos discursos competentes possibilitavam o confronto de diferentes concepções?

Referências encontradas nas páginas iniciais dos livros, tais como a instituição a qual determinado autor pertencia, as menções honrosas recebidas, a quantidade de exemplares vendidos, as notas em jornais e periódicos da época entre outras formas de destacar determinados livros, possivelmente garantiam visibilidade frente às editoras, sinalizando o valor simbólico agregado ao pertencimento de um autor a uma determinada instituição, fato relevante frente à disputa pelo poder de tornar/manter legítimo o que estava materializado nas páginas dos livros didáticos.

Pensar no poder simbólico agregado a estes materiais perpassa assim em considerar o poder capaz de se impor como legítimo, só alcançando êxito na medida em que era reconhecido por todos os envolvidos nestas relações. Desta forma, não apenas os que participavam da produção destes materiais de forma mais próxima, como autores, editores entre outros, mas as instâncias as quais estes livros circulavam como escolas e demais instituições assumiam a medida de poder agregado a estas obras.

Partindo do princípio de que “os documentos só falam se soubermos buscamos, a partir da materialidade dos livros didáticos analisados, reconstruir os espaços de diálogos onde se tornava possível à interlocução entre os autores e demais envolvidos no processo de produção e circulação dos livros didáticos.

Assim, submetidos aos programas oficiais, traçados a partir de normas e diretrizes curriculares, os livros didáticos possuem uma estrutura onde os transmissores de sua construção por vezes não possibilitam apreender as inúmeras relações envoltas em sua produção, porém ao tomar estas obras como objeto de estudo é preciso saber interrogá-los, “saber lê-los e provocá-los” (Bloch, p. 60). Desta forma, buscamos investigar o que por vezes passa despercebido ao pesquisador, centrando primeiramente na análise de dedicatórias, notas de rodapé e prefácios, espaços onde o autor estabelecia um diálogo com seus leitores.

No caso dos prefácios, Vieira (2009, p. 24-25) afirma que estes se mostram como instâncias de apresentação, já que trazem consigo as marcas históricas das estratégias criadas pelos autores para atrair o leitor, auxiliando na leitura dos capítulos ou enunciando o conteúdo ao ponto de despertar o desejo da leitura. Articulam-se aos livros, porém possuem vida própria, já que podem sofrer alterações, sendo modificados, suprimidos ou haver acréscimos entre uma edição e outra. Assim, não obedecem a uma regra fixa. Essa relativa autonomia da instância prefacial produz situações extraordinárias. Em alguns casos pode ocorrer de o autor elaborar a apresentação do texto, traçar o roteiro e, curiosamente, bloquear o acesso ao livro. Se, por um lado, “são cercados pelas representações produzidas fora do impresso, por outro, representam a própria ação autoral nesse mundo”. (VIEIRA, Op. cit. p. 24-25).

A mobilidade, ou seja, a capacidade de não se limitar apenas ao que é estipulado por um currículo possibilita ao pesquisador desvendar, em alguns casos, dilemas, impasses, desafios através dos relatos feitos pelo autor. Muitos autores relatavam as dificuldades enfrentadas na produção dessas obras:

Resumir, e resumir bem no meio do imenso material, que nos cercava, consistia em grande dificuldade; apropriar o resumo à juvenil inteligência

para quem era destinado, parecia-nos além de nossa forças. (MARTINS, 1911, p. 3 grifo nosso)

Somam-se a esta, a carência dados estatísticos e informações precisas:

Uma das maiores dificuldades para um trabalho consciencioso é a falta de dados estatísticos vigorosamente exactos, indispensáveis, aliás, para quaesquer estudos geographicos ou históricos. Neste particular está quase tudo por fazer em nosso paiz (BITTENCOURT, 1911, p. 4 ).

Além do fato das

Informações, dados estatísticos, photographiastypicas e quaesquer outas contribuições que possam elucidar um trabalho deste gênero, são obtidos quase por esmolas e depois de insistentes pedidos(...) Andamos, pois às cegas no que diz respeito à população, movimento commercial, industrial e econômico, tendo necessidade de catar aqui e alli, em fontes diversas e deficientes, informação que nos guiem em meio do cipoal de incertezas em que nos debatemos em busca da verdade.(SÁVIO,1913, p.6 )

O prefácio do livro História de Alagoas de Craveiro Costa, encontramos o seguinte relato de Auryno Maciel:

A nossa bibliographiadidactica é de uma pobreza, com licença da palavra, franciscana.Entretanto temos a Academia Alagoana de letras, o Institutio Archeologico e Geographico Alagoano, a Escola Normal, o lyceu, a Academia de ScienciasCommerciais de alagoas cheios de nomes padrões de nossa cultura, e vivemos a ensinar pelos livros de São Paulo, do Rio, da Argentina, da França, da Itália, dos Estados Unicdos, de todo mundo.Só não ensinamos com livros de Alagoas.( COSTA, 192?, p. IV )

Sobre os livros didáticos ainda presentes no cotidiano escolar, alerta;

É verdade que já tivemos os nossos didacticos. Mas os livros sérios de José Alexandre Passos, de Thomas de Espindola, estão atrasados; uma pedagogia livresca (...)são insuficientes e não constituem uma literatura pedagógica que baste ao espírito de nosso tempo(COSTA, 192?, p.VII)

Os relatos encontrados possibilitaram a reconstrução das possíveis relações mantidas pelos autores. Em alguns casos rompiam com consenso imposto pela submissão dos livros didáticos não apenas ao olhar dos editores, mas a normas e diretrizes traçadas na época pelos programas oficiais de educação, cumpridos a risca na maioria das vezes.

Assim, com um diálogo estabelecido com seus leitores, fossem estes professores ou alunos os prefácios possuíam descrições não apenas dos livros, mas do autor, suas atividades, seus “méritos”, filiações entre outras informações. Assinados, em sua maioria por pessoas de destaque, acabavam por circunscrever os vínculos e relações estabelecidas entre os autores, editores e figuras de destaque na época.

Nestes espaços era possível sugerir, divergir ou concordar com o que havia sido estabelecido normativamente para o ensino de geografia na época, além de possibilitar dar visibilidade a seus pares, legitimar sua produção através da descrição de suas atividades profissionais, filiações ou menções recebidas, dados que garantiriam certa credibilidade e, por conseguinte, uma maior possibilidade de aceitação diante do público e da crítica.

Dessa forma, os livros didáticos revelaram-se, na realidade, resultados de um conjunto de processos, escolhas e relações que nunca são neutras. Na verdade são postas a partir de uma “tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo”. (APPLE, 1995, p. 59) Nesse sentido, o livro didático, enquanto um objeto cultural complexo encontra na abordagem investigativa de determinadas relações que ampliam seu alcance.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os livros didáticos analisados, bem como outros materiais escolares configuram objetos reveladores na compreensão de como estas representações foram e ainda são disseminadas e divulgadas, pois possibilitam rever o que em um determinado período foi repassado a gerações de alunos e professores. Considerando que enquanto “produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas” CHOPPIN (1992), um determinado saber escolar é considerado legítimo, compondo o rol dos saberes escolares.

Assim os resultados da análise dos dados biográficos podem indicar: a origem dos autores, suas respectivas trajetórias no magistério, bem como em outras atividades, suas dificuldades na elaboração desses materiais, o “lócus” da produção dentre outros aspectos. Soma-se a estes dados questões mais sutis, como: até que ponto tais professores pertencentes ao grupo de intelectuais que se sobressaíam pela produção do conhecimento geográfico escolar, possuíam relevância frente à posição ocupada no cenário educacional da época e, por conseguinte, a legitimidade atribuída ao seu discurso, serviu na construção de uma determinada visão de mundo através da geografia? Visto que em uma sociedade marcada pela

desigualdade econômica e social, a “classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção simbólica, daí dominarem também o campo da produção de ideias” CHAUÍ (1980, p. 24).

Nesse sentido, torna-se necessário reconhecer as relações espaciais como relações políticas, assim como os discursos que permeiam essas relações, inclusive os que se materializam nos livros didáticos. Isso nos leva a compreender que o alcance destas obras “não são travadas apenas no campo das ideias, mas são conjunturais, portanto políticas”. Ou seja, “o sentido é tanto epistemológico, quanto político, social e econômico.” SOUSA NETO (2000, p. 42). Ao desconsiderar essa questão, as relações sociais são compreendidas de uma forma “apolítica”, o que distancia a compreensão das estruturas objetivas que regem uma sociedade desigual. Pensar na construção e consolidação de um material escolar como o livro didático requer ter em mente os interesses em jogo a cada nova edição, atrela-se um novo acontecimento, uma nova relação que se (des)faz. Sem esquecer que em uma sociedade marcada pela desigualdade econômica e social, a “classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção simbólica, daí dominarem também o campo da produção de ideias” CHAUÍ (1980, p. 24).

#### NETS AND PRODUCTION OF BOOKS OF TEACHING GEOGRAPHY OF THE FIRST DECADE OF THE TWENTIETH CENTURY

##### ABSTRACT

This paper discusses the production of textbooks in the early decades of the twentieth century. It is known that the production of teaching material today is marked by a network of actors involved in the manufacture and production of these materials and investments involving private and public consumption, disclosure covering nationwide. However, this combination does not always occur with all the advantages found today, since in the process the country's educational history many authors or editors have used strategies for achieving their works involving numerous factors. In this sense, we conducted a brief survey about the difficulties, forms of dissemination and outreach, as well as a brief history in order to compose a picture of the trajectory of this courseware, marked by a strong presence in the classroom yet today

**Keywords:** textbooks-authors-school knowledge.

## REFERENCIAS

APPLE, Michael W. **A política do conhecimento oficial**: faz sentido a idéia de um currículo nacional?. In: MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade. Tradução de Maria Aparecida Baptista. 2ª ed. revista. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

BITTENCOURT, Feliciano Pinheiro. **Compêndio de Corographia do Brasil**, Francisco Alves; Aillaud, Alves & Cia, Rio de Janeiro/ França, 1911.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1963.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à Cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHOPPIN, Alain. **História dos Livros e das edições didáticas**: sobre o estudo da arte. Revista da Faculdade de Educação da USP. Educação & Pesquisa. Set/dez 2004.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: \_\_\_\_\_. (org.) **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 37-6

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Geografia** (4ª série), Livraria Acadêmica- Saraiva e Comp. São Paulo, 1935.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª ed. Campinas (SP): Unicamp, 1996.

MARTINS, Henrique. **Elementos de Chorografia do Brasil**. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1910.

PIMENTEL JR, Menezes. **Geografia do Brasil**, 3ª série ginásial. Editora J. R. de Oliveira e Cia, Rio de Janeiro, 1936.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. **São Paulo**: cidade dos Livros escolares. In BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Marcia. Impresso no Brasil- dois séculos de livros brasileiros. Ed. UNESP, 2010.

RIZZINI, M. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**, 1500-1822. Ed Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo. Ed Nacional, 1968.

SÁVIO, Temístocles. **Curso de GeographiaElementar**, 4ª edição. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro 1913.

SIRINELLI, Jean Francois. **Por uma historia Cultural**. Editora Estampa, Nova História, 2003.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O compendio elementar de Geographia geral e especial do Brasil. In **Terra Brasilis**, Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Ano I, nº 1, Jan./jun. Rio de Janeiro:Editora Sal da Terra, 2004.

TEIXEIRA, Rosane de Fátima Batista. **Relações professor e livro didático de alfabetização**, 2009, 127p. Dissertação (mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. Disponível em: [http://www.ppge.ufpr.br/teses/M09\\_teixeira.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M09_teixeira.pdf).

VIEIRA, Cleber dos Santos. **Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros**: Prefácios cívicos e impressos escolares no Brasil republicano. Dissertação de Mestrado Faculdade de educação- FEUSP, São Paulo, 2010.

Artigo recebido para avaliação em 20/03/2013 e aceito para publicação em 11/06/2013.